

Os Usos da Internet pela Sociedade Civil Organizada: procedimentos de investigação à luz da democracia deliberativa¹

Diógenes Lycarício B. de Sousa².

Universidade Federal do Ceará.

Resumo

O presente trabalho sustenta que expressões de uma esfera pública referenciada no modelo de democracia deliberativa poderão ser mais facilmente encontradas nas práticas comunicativas realizadas pela sociedade civil organizada em torno de temas amplo consenso (política simbólica). Propõe-se analisar os usos que essa esfera civil faz da Internet sob um quadro analítico que tem como princípios de investigação os critérios de efetividade, universalidade, discurso argumentativo e deliberativo.

Palavras-chave

esfera pública; Internet; sociedade civil organizada; política simbólica e democracia deliberativa.

1. A crise dos sistemas democráticos e as perspectivas de superação:

A emergência de uma economia fortemente determinada pelas redes financeiras traz um cenário que, ao fazer dos Estados nacionais reféns de sua lógica, produz uma redução dramática do poder das instituições políticas. O que se revela é um verdadeiro impasse instaurado pela nova fase da modernização capitalista, que, em última instância, faz com que os cidadãos vejam com desconfiança e distanciamento as instituições que deveriam representar sua vontade:

A principal mudança [das relações de poder na sociedade em rede] diz respeito à crise do Estado Nação como identidade soberana e a respectiva crise da democracia política, tal como foi construída nos dois últimos séculos. Como as decisões do Estado não poderão ser impostas por completo e visto que algumas das suas promessas fundamentais incorporadas no Estado Providência não puderam ser cumpridas, tanto a sua autoridade como a sua legitimidade são questionadas. (CASTELLS, 2003, p471).

Essa crise é potencializada à medida em que as próprias dinâmicas da formação da identidade estão sensivelmente transformadas com as formas de sociabilidade dominantes. Tanto as condições de reprodução da vida social como as instâncias simbólicas produtoras de sentido estando transformadas pela flexibilidade, instabilidade e desterritorialidade do *espaço de fluxos* faz inaugurar um cenário de indivíduos que se

¹ Trabalho apresentado na Sessão de Comunicação Internet e Política I do II Congresso da Compólitica, realizado em Belo Horizonte (MG), de 5 a 7 de dezembro de 2007.

² Formado em Comunicação Social – habilitação em jornalismo pela Universidade Federal do Ceará em 2007.1, vincula-se à pesquisa comunicação e política. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9356403913755132>
Email: dramarc_leon@yahoo.com.br

apresentam e se representam distantes dos ideais de nacionalidade e de cidadania com que os Estados nacionais até então sustentavam sua legitimidade.

Além disso, a revolução da microeletrônica produziu uma intensa reorganização dos sistemas de comunicações, que passam a convergir em uma rede mundial integrada de circulação de informação. É a partir dessas estruturas e da economia política que compõe a sua apropriação (eminentemente oligopolista e comercial) que Castells (1999a e 1999b) localiza o espaço central de formação do poder político na sociedade em rede. Nesse sentido, um processo em destaque é a dependência com que as instituições partidárias se viram dispostas em relação à mídia eletrônica (1999b, p391-401). A utilização desses canais se tornou a principal estratégia de comunicação com a sociedade por parte das diversas orientações políticas, pois sem eles não se torna possível despertar a confiança de um número de cidadãos suficiente para se acessar o Estado (Ibidem, p367). A resultante desse processo é a perda de autonomia das instituições políticas em relação ao sistema de fluxos de informação, o que se configura para Castells como “uma das principais fontes da crise da democracia na Era da Informação.” (Ibidem, p368).

Essa crise, no entanto, não teria despojado completamente o sistema político de poder. O que haveria é, cada vez mais, um deslocamento da formação do poder para as dinâmicas em que os códigos culturais são produzidos. Seria a partir daí (em especial nos e através dos meios de comunicação) que as pessoas representam sua vida, criam modelos de comportamento e sinalizam a direção das decisões da sociedade, inclusive políticas. (Castells, 2003, p472).

Para o autor, a questão fundamental da transformação da sociedade no atual contexto já não mais diz respeito à tomada do Estado, mas sim à recriação dos paradigmas cognitivos que orientam a produção dos códigos culturais que moldam os modelos de comportamento. Esse campo de atuação se constitui como o da política simbólica. Seria nela que estaria alocada boa parte das fontes de renovação da política contemporânea. Isso porque, em seu lócus, há um conjunto de organizações e iniciativas que, ao agirem em torno de valores e temas de amplo consenso, alcançam as maiores potencialidades de responder ao desafio da crise da participação política:

[...] o desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas ‘não políticas’, via eletrônica ou por outros meios, é a

terceira³ tendência que poderia integrar o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede. Causas humanitárias, tais como as defendidas pela Anistia Internacional, Medicina sem Fronteiras, Greenpeace, Oxfam, Food First, e milhares de grupos ativistas locais e globais e organizações não-governamentais em todo o mundo, constituem o fator de mobilização mais poderoso e pró-ativo na política informacional (CASTELLS, 1999b, p411).

No caso fica claro então que é a partir das ações de esferas externas ao poder Estado que se encontram os atores que estão produzindo os resultados mais expressivos da política simbólica na direção da renovação da legitimidade política.

As ações desses movimentos e organizações, ao apelarem diretamente aos cidadãos, estimulando-os a exercer pressão direta sobre instituições do governo ou empresas privadas sem que necessariamente vinculem isso a uma estratégia de alcance das esferas administrativas do Estado, determina ações que estariam recuperando “a legitimidade do interesse pelas questões públicas nas mentes e nas vidas das pessoas.” (Ibidem, p412).

No entanto, Castells destaca três conjuntos de fatores que se colocam como os grandes desafios para a efetiva superação dos problemas por quais passam as democracias contemporâneas. O primeiro deles diz respeito às políticas de identidade predominantes em que os movimentos sociais estão estruturados simbolicamente, faltando-lhes, nesse sentido, um projeto societal claro⁴. O segundo coloca o desafio de se solucionar a fragmentação da sociedade e o terceiro se refere às respostas necessárias por partes dos aparelhos institucionais do Estado. Diz respeito à necessidade de também o Estado produzir respostas adequadas às ações da sociedade civil de forma a inseri-la nos processos de tomada de decisão (1999b, p136).

Esta última colocação remete à noção da esfera pública política, a qual propõe o encaminhamento da vontade política produzida no seio da sociedade civil na determinação das decisões operadas pela esfera política. Essa preocupação de Castells adicionadas das demais (evitar a fragmentação da sociedade em códigos culturais que não dialogam e um comportamento mais propositivo por parte dos movimentos sociais) relaciona-se estreitamente às premissas que envolvem a noção de esfera pública. Como esse conjunto de relações se forma, poderemos verificar mais precisamente a partir da breve e limitada revisão conceitual que será feita nos tópicos a seguir.

³ As outras duas seriam a reconstrução do Estado local e a política eletrônica. Esta será discutida com maior atenção no quarto tópico deste trabalho.

⁴ Ver o exemplo do movimento zapatista em Castells (1999b, p106).

2.A esfera pública e suas transformações a partir de Habermas.

Estando claramente situada na condição de uma categoria histórica, a esfera pública⁵ analisada por Jurgen Habermas no *Mudança Estrutural* (1984) é circunscritamente a esfera pública burguesa na prática e no discurso do liberalismo clássico. O que vai caracterizá-la será a idéia de produção de opiniões atingidas por meio de debates abertos, racionais, em que todos os participantes se relacionem como iguais, estando dispostos a acordar consenso e a se submeter unicamente à força dos argumentos.

Ao analisar as mudanças que a esfera pública sofre com o declínio do Estado liberal - tendo como marco histórico a grande depressão de 1873 - Habermas identifica transformações em todos os âmbitos que a circundam. O que se verifica é uma análise de que a esfera pública não estaria cumprindo a mesma função que tinha assumido até o século XIX, que era de exercer o papel de um comentarista crítico que quebrava a exclusividade do Parlamento, fazendo-se assim “um parceiro de discussão oficialmente qualificado” (Ibidem, p85).

Ao tratar das condições que formavam a subjetividade daquele público formador da esfera pública burguesa, Habermas afirma⁶ que existiram reais condições que poderiam formar uma subjetividade, no seio da esfera pública literária (precedente à esfera pública política), capaz de operar e formar juízos que não estavam determinados diretamente pelas demandas da sobrevivência, ao ciclo da produção e do consumo (Ibidem, p190). Essas condições são entendidas por ele pela preservação da produção cultural amadora e não como indústria interessada prioritariamente na expansão da lucratividade. E é justamente isso que ocorre por toda a imprensa e os produtos culturais que antes alimentavam a leitura individualizada no seio da família burguesa e que se estendia nos debates e na crítica realizada no âmbito da esfera pública literária.

Nesse sentido, avalia-se que as leis do mercado se tornaram imanentes às obras, em especial com o advento da comunicação de massas. O que se demonstraria na transformação que os conteúdos culturais sofrem de maneira a excluir pressupostos rigorosos de reflexão e crítica, inserindo-se aí em substituição o *facilitamento psicológico*.

⁵ Expressão que vem do termo alemão *Offentlichkeit*, que na sua dimensão total assumiria o caráter de “publicidade” daquilo “comum entre todas as coisas que são públicas”. De tal forma que *Offentlich* designaria uma semântica ligado ao “público” e “*offen*” ao “aberto”. (Gomes, 2006, p51).

⁶ Ele nega aqui a tese de Marx que esfera pública burguesa era mera ideologia.

Constituinte do que Habermas denomina de *uma cultura da integração*, esse facilitamento emerge no domínio da recepção cultural pela difusão dos meios de comunicação de massa de mensagens e produções que mesclam elementos da publicidade, da informação, do raciocínio e da propaganda, a qual se torna uma função desempenhada pela esfera pública. A partir daí, o público deixa de ser pensador de cultura para ser mero consumidor, o que faz romper o campo de ressonância da crítica produzida por uma camada culta com o público em geral.

Ao analisar o comportamento político da população no contexto da democracia social democrata, Habermas aponta um perfil de cidadão que quer atendimento do Estado sem, contudo, se mobilizar em discussão deliberativa a fim de impor a este decisões (Ibidem, p246). Estas, seguindo esse padrão, são então produzidas fora “tanto de um raciocínio público quanto também da possibilidade de um voto plebiscitário de desconfiança tendo a consciência de alternativa definidas.” (Ibidem, p257-258).

Como resultado, o pressuposto informal do liberalismo de condicionar a participação nas eleições mediante participação no pensamento público poderia parecer, no contexto da social democracia, continuar válido a partir do dado de que são os membros das associações privadas os que mais exercem o seu direito de voto⁷. Entretanto, Habermas coloca em xeque essa suposta validade já que essas mesmas camadas seriam as que menos se disporiam a colocar seriamente em discussão suas opiniões (Ibidem, p248-249; 251).

Apesar da contundência do pensador em atribuir a qualidade de “degradação” ao avaliar a transformação da esfera pública, ocorrem, sob outros aspectos, fenômenos que apontam para seu fortalecimento. O mais óbvio é de sua democratização, pois mesmo reduzida em seu viés argumentativo-racional, a esfera pública, no contexto do Estado social, é uma esfera pública ampliada, que inclui uma parcela muito maior da população (incremento daquela qualidade do “acessível a todos”). Além disso, há a inserção da mulher na vida pública, quebrando o monopólio do homem e também o de classe, que se realiza com a inserção das categorias proletárias.

A própria publicidade crítica, segundo Habermas, não é de forma alguma jogada a um papel de irrelevância na relação de forças que resultam nas tomadas de decisão

⁷ São traçados três tipos de eleitores (Ibidem, p250): os organizados partidariamente e os não-organizados que são politicamente interessados, constituindo-se como líderes de opinião (1); o público convicto não-organizado, que forma sua opinião - não levando-a à discussão pública - a partir obviedades culturais e preconceitos (2); e o público vacilante (3). Os dois últimos constituíam a maior parte do eleitorado e o último seria o público-alvo dos gerentes eleitorais.

pela esfera política. Essa estaria garantida tanto pela constitucionalidade dos Estados da social democracia quanto pelo jornalismo crítico (a “publicidade”), que continuaria existindo em concorrência com a publicidade de caráter demonstrativo ou manipulativa.

Entretanto, para ele, esta publicidade crítica estaria garantida no seio de uma *opinião quase-pública*⁸, operada e articulada no seio das organizações responsáveis pela intermediação entre a sociedade civil e o Estado (partidos e associações de interesses). Dessa forma, a opinião pública dos Estados da social democracia seria um misto de publicidade crítica e deliberação formadora de vontade política - gerada através da reunião de atores (indivíduos representando as determinações de associações de interesses prévios) não interessados em encontrar mediante discussão o interesse geral - com uma opinião de público fragmentado representado pela publicidade manipulativa dos meios de comunicação de massa (Ibidem, p272).

Diante tais circunstâncias, uma opinião rigorosamente pública só poderia ser encontrada no momento em que tanto a comunicação produzida pelas instâncias informais de formação da opinião como as instâncias formais passassem a ser intermediados por uma publicidade crítica. Essa mediação só seria possível, na perspectiva de Habermas, no contexto das sociais-democracias “numa ordem de grandeza sociologicamente relevante, por meio da participação de pessoas privadas num processo de comunicação formal conduzido através das esferas públicas internas às organizações.” (Ibidem, p287).

É então precisamente a partir da abertura dessa possibilidade de uma tendência de reordenação da opinião pública (conservando efetivamente algo de público) que o autor encaminha uma orientação metodológica a partir da qual se poderá construir - após a discussão das considerações feitas ao *Mudança Estrutural* e reexaminados as colocações de Castells a respeito do papel dos movimentos sociais na possibilidade superação da crise dos sistemas democráticos – um quadro analítico a fim de dar suporte à interpretação das comunicações produzidas pelas associações civis no contexto atual:

⁸ Esta estaria contraposta ao âmbito comunicativo da opinião não-pública, formada por aqueles cidadãos que formam sua opinião através de uma publicidade crítica, mas que não a debatem na forma liberal clássica de um público. As quase-públicas são opiniões formais que podem ser referidas a instituições reconhecidas: “Aí se trata, em primeira linha, de opiniões que circulam num círculo relativamente estreito, para além da massa populacional, entre a imprensa política, o jornalismo opinativo em geral e os órgãos consultivos, orientadores, deliberativos com competências políticas ou politicamente relevantes (gabinetes, comissões governamentais, grêmios administrativos, comissões parlamentares, direções partidárias, secretariados de sindicatos etc).” (Ibidem, p286).

O grau de caráter público de uma opinião pode ser medido pelo seguinte: até que ponto esta provém da esfera pública interna à organização de um público constituído por associados e até que ponto a esfera pública interna à organização se comunica com uma esfera pública externa que se constitui no intercâmbio jornalístico-publicitário através dos mídias e entre organizações sociais e instituições estatais. (HABERMAS, 1984, p288).

3. Desdobramentos ao *Mudança Estrutural*

A repercussão da obra de Habermas gerou uma série de críticas a determinadas linhas de raciocínio. Uma das principais se refere a sua forma de compreensão da recepção da comunicação de massa⁹. Nesse sentido, haverá uma atualização do pensamento habermasiano que vai manter as linhas de análise básicas do *Mudança Estrutural*, mas que irá rearranjar algumas percepções¹⁰ e destacadamente irá desenvolver a concepção de um modelo democrático em que uma abstração de maior qualidade da esfera pública irá ter fundamental importância.

O modelo democrático em questão é de uma chamada democracia deliberativa. Este seria um dos modelos¹¹ pelos quais se tentaria estabelecer uma quantidade razoável de racionalização da dominação política a ser realizada por uma forte participação da esfera civil atuando como parceira crítica e qualificada das ações realizadas pelas instituições políticas do Estado. A democracia deliberativa preconiza então uma produção da vontade política de forma que haja uma ressonância entre o mundo da vida, das práticas discursivas realizadas no âmbito da informalidade com as percepções que orientam as decisões das instituições. Desse modo, o modelo de Habermas seria um combinado entre as perspectivas comunitaristas e liberais que, no caso, procuraria estabelecer uma “(...) interpenetração entre a tomada de decisão institucionalizada e a opinião pública constituída de modo informal, mas, ainda assim, racionalizada.” (MAIA, 2002, p61)

As novas qualidades que o conceito de esfera pública irá adquirir com os trabalhos posteriores de Habermas será, na análise de Maia (2002, p92), a proposição de um conceito mais a-histórico, na forma de um fenômeno social elementar. Desse modo, a valorização da sua abstração mais ampla permitiria que a esfera pública na

⁹ Ver Marcondes (2006, p53-54) e Marques (2004, p43-44).

¹⁰ Habermas admitirá ter subestimado a capacidade dos receptores. Ele refaz sua percepção admitindo uma diversidade interna do público muito maior e autônoma do que havia inicialmente constatado. A crítica específica de um desenvolvimento autêntico de uma comunicação plébeia (não como mero apêndice da cultura burguesa) é também absorvida (Habermas apud Downey; Fenton, 2003, p187).

¹¹ No mesmo sentido haveria a democracia participativa de Pateman e a democracia forte de Barber (apud Azevedo, 2006, p05). Outros autores também contribuintes da perspectiva teórica da democracia deliberativa seriam Amy Guttmann e Joshua Cohen (Marques, 2004, p29).

contemporaneidade deixasse de ser entendida como única e singular para assumir uma pluralidade até então ainda não sublinhada (Habermas apud Maia, 2002, p62).

É preciso então pontuar que há uma diferença entre aquilo que se identifica como esfera pública no contexto das sociedades contemporâneas e o que Habermas aponta no modelo de democracia deliberativa. Este seria um parâmetro normativo pelo qual se pode pensar e se intervir na realidade criticamente sob o objetivo de realizar razoavelmente os padrões previstos de construção da legitimidade do sistema democrático.

Ainda que estabelecida essa diferenciação, uma disputa de compreensão da esfera pública persiste entre os pesquisadores quanto a essa sua qualidade plural. Uma disputa que remonta às críticas de Nancy Fraser (Marques, 2004, p44) e Granham (Ibidem) no que diz respeito ao caráter elitista e machista do modelo de esfera pública identificado no *Mudança Estrutural*.

No entanto, as implicações que são desencadeadas pela linha de pensamento de Fraser e afins ganham sérias restrições em relação a determinadas noções fundamentais da formação da esfera pública pensada a partir de seu modelo normativo. Isso porque, ao se aceitar toda ordem de público autônomo em relação à esfera pública dominante, retira-se a importância de se tentar buscar sua integração. Essa seria indispensável na perspectiva de pesquisadores como Craig Calhoun (apud Marcondes, 2006, p57-59) e Michael Schudson (apud Marques, 2004, p44-45) que partem do pressuposto de que a noção de esfera pública só é válida se for capaz de gerar opinião na esfera civil passível de ser apreendida pelo Estado.

É em vista desse problema que percebo nas colocações de Downey e Fenton (2003), com base nas reflexões de M. Hansen, um encaminhamento de dois pontos a partir dos quais se faz possível avaliar adequadamente as esferas públicas periféricas que conseguem, sob determinadas circunstâncias e em períodos de maior mobilização, ascender ao centro da esfera pública dominante:

[...] first, the extent to which it knows itself as rhetoric, reinventing the promise of community through discourse; second, the extent to which it admits difference and differentiation within its own borders, is capable of accepting multiply-determined identities and identification. The admission of discursive struggle into the process of subordinate groups is the condition of the possibility for different counter-publics to overlap and form alliances". (HANSEN apud Ibidem, p194)¹².

¹² T.A. “[...] primeiro até que ponto se reconhece como retórica que aponta para a reinvenção da sociedade através de práticas discursivas; segundo, até que ponto ela admite, em seu interior, diferença e diferenciação, sendo

Esses pontos funcionariam como requisitos para se pensar a renovação da esfera pública contemporânea, superando assim as perspectivas elitistas¹³ que se referenciam no período do Estado liberal, sem perder de vista sua utilidade básica como conceito normativo para se analisar a qualidade da comunicação pública no sentido previsto pelo modelo da democracia deliberativa.

Uma questão que aparece como problematizadora dessa saída teórica é perguntar se tais requisitos, quando completados, imediatamente apontam em favor de expressões de uma esfera pública menos dependente da gramática discursiva da comunicação de massas e das estratégias de comunicação política pouco afeitas ao esclarecimento? Essa questão é produzida tendo em vista as análises herdeiras do *Mudança Estrutural* na forma da teoria da midiaticização (Assis, 2006, p57-68; Steffen, 2006 p30-40)¹⁴.

Dentro dessa perspectiva, nas democracias de massas, a conquista de legitimidade por um determinado agente estaria condicionada pelo uso sistemático das lógicas expressivas do campo midiático (marcadamente espetacular, parca de racionalidade e debate), e como este teria assumido centralidade no processo de construção das representações sociais, muitos atores da sociedade civil ligados a temas com poucas chances de terem a cobertura dos meios de comunicação acabam então utilizando esses valores e estratégias do campo da comunicação com extrema intensidade a fim então de superar sua condição de marginalidade dentro da esfera de visibilidade pública¹⁵. Nesse sentido, Assis (2006) analisa uma série de organizações, tais como Adbusters, Greenpeace e o EZLN, que utilizam tal estratégia bem sucedidamente.

Caso cheguemos à conclusão de que algumas dessas organizações e movimentos, que utilizam a gramática de funcionamento essencial da mídia como forma de se fazerem massivamente visíveis, completam os dois pontos que citamos de

capaz de aceitar múltiplas identidades. A admissão da força discursiva no processo de grupos subalternos é a condição para que contra-públicos se acoplem ou formem alianças”.

¹³ Da forma como precisamente Arato e Cohen observam “Entre outras coisas, movimentos trazem novas discussões e valores para a esfera pública e contribuem para a reprodução do consenso que o modelo elitista/pluralista de democracia pressupõe mas nunca se dá ao trabalho de provar esta idéia” (COHEN; ARATO, apud MARCONDES, 2006, p21)

¹⁴ São utilizados como referências pelos dois trabalhos em conjunto os seguintes autores: Eliseo Véron, Antonio Albino Canelas Rubim, Adriano Duarte Rodrigues e Wilson da Silva Gomes.

¹⁵ [...] um conjunto de quadros temporais que incluem tudo aquilo que existe e é relevante na atualidade. Constitui uma espécie de mundo, de horizonte de realidade, indisponível por imersão corpórea, porém mais importante para a situação do indivíduo na história e para a criação de sociabilidade do que o mundo tangível da nossa experiência cotidiana. (GOMES, 2004, p143-144).

M. Hansen, então parece que a resposta da questão feita anteriormente se encaminha para um resultado negativo.

Diante disso, ao se analisar a atuação de agentes da sociedade civil, proponho que, para aferir seu grau de contribuição para a formação de uma esfera pública mais próxima do padrão normativo pensando pelo modelo da democracia deliberativa, seria preciso, além de perguntar se eles completam os dois pontos discutidos, verificar também em que grau há uma negociação com o campo midiático que não resulte num esvaziamento crônico das lógicas e valores tidos como pertencentes ao campo político.

4. Internet: esfera pública virtual ou espaço de potência deliberativa?

Com o advento das tecnologias da informação difundidas nos anos 90 (século XX), surgirá todo um conjunto de elaborações teóricas que apontará na Internet um meio de recuperação (efetivo ou potencial) das qualidades democráticas e deliberativas da esfera pública. No caso, Gomes (2005b, p64-65) faz referência a algumas análises que encontram nela “todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática”. Haverá assim, principalmente nos momentos iniciais, grande expectativa com a disseminação da Internet no sentido “em vez de os Governos vigiar as pessoas, as pessoas poderiam vigiar os Governos [...]” (Castells, 2004, p.186).

Castells, no entanto, demonstra uma considerável ambigüidade quando se volta para interpretar e projetar a contribuição da Internet para a política¹⁶. Essa ambivalência é exposta justamente pelos os aspectos contingentes que rondam a política online, que, como foi pontuado ligeiramente no primeiro tópico deste trabalho, é tida por ele como uma das possíveis fontes de renovação da democracia. É nesse pólo de tensão que Teodósio (2004) aponta o principal dilema inserido no campo teórico em relação à utilização da Internet para a formação do espaço público. Isso porque a perspectiva de “soma zero” de opiniões produzidas na Internet, ao não estarem unidas por vínculo mínimo de debate e auto-referência vai de encontro ao que se pensa da democracia na forma de poder político que constrói a “vontade coletiva, mediante o embate e o encontro argumentativo entre diferentes vontades individuais.”.

¹⁶

Há momentos em que são identificados fenômenos e experiências que apontam para um fortalecimento da democracia, inclusive de um controle das ações do Estado por uma sociedade civil que se mostra vigilante e efetiva utilizando para isso essa plataforma comunicacional como uma ferramenta privilegiada (2004, p169-173; 192 e 197). Em outros momentos, coloca-se que em seu seio proliferam comunidades virtuais caracterizadas pelo individualismo em rede, em que a última coisa a se pensar e identificar é a preocupação com as coisas públicas. Nesse sentido, o que se tem é o fortalecimento da política do escândalo e a permanência da apatia das pessoas em relação ao debate político. (Ibidem, p189-190).

Essa fragmentação provocada pela produção de opiniões políticas individualizadas traz consigo dois problemas fundamentais em relação à esfera pública contemporânea e a Internet. Uma problematização se refere à qualidade de “publicidade” e outra em torno da efetividade das opiniões produzidas.

Em relação a isso, Gomes (2005a, p221) estabelece que mesmo a Internet atendendo aos dois requisitos (informação atualizada e oportunidade de interação) para uma participação política de qualidade, ainda persistem as blindagens anti-público impostas pelos sistemas políticos, “o que diminui consideravelmente a real dimensão e o real impacto da opinião pública tanto on-line quanto off-line.”

No que toca ao caráter de publicidade da Internet, Marcondes (2006, p75-77) coloca que a comunicação informal (não promovida nem regulada pelo Estado) realizada nesse meio se configura como privada, interpessoal e exclusiva de pessoas conhecidas entre si. Sugere então que ao invés de existir *peessoas privadas reunidas num público* (Habermas, 1984), há, na verdade, aí uma nova forma de hierarquia política e de exclusão social.

Nesse contexto, duas questões extremamente relevantes de composição da esfera pública ficariam em aberto na sua expressão virtual: a acessibilidade das discussões (“publicidade”) e sua capacidade inclusiva (pluralidade de vozes). A primeira pode decair a partir do momento em que o campo dos assuntos privados se sobrepõem ao dos assuntos públicos, ou seja, a partir do momento que esses espaços se mostrarem segregadores e invisíveis ao grande público.

A segunda questão possui dois problemas: (1) da necessidade de produção de consensos mediante práticas dialógicas, não adiantando, portanto, ter pluralidade de vozes se elas se organizarem na forma de uma torre de babel e (2) mesmo se levarmos em conta apenas as manifestações que conseguem estabelecer práticas de consenso de forma a incluir certa pluralidade, ainda assim, pouca relevância terão se não ascenderem à esfera de visibilidade pública ou se não forem levadas em conta pela esfera política (efetividade).

Resta então melhor compreender a Internet e discuti-la naquilo que se refere a sua potência de funcionar como espaço remoto de interação discursiva, o qual seria sob algumas perspectivas analíticas a constituição de uma esfera pública virtual. Nesse sentido, Gomes (2005a, p219) pontua que “já se provaram eficazes [...] as ferramentas fundamentais para os fóruns públicos de toda a natureza.”. Não obstante, questiona-se: Qual sua extensão? São efetivas? São inclusivas? São passíveis de terem suas principais

linhas de argumentação citadas nos fóruns e colóquios informais pertencentes aos espaços de sociabilidade offline? São passíveis de serem reconhecidas na esfera de discussão pública? Respondendo a algumas desses questionamentos, Marques observa que

Há momentos que, sem dúvida, a Internet se comporta como esfera pública eficaz, inclusive em termos deliberativos. Mas, geralmente, estes eventos acontecem quando os grupos atingidos por esta deliberação, ao mesmo tempo em que são especializados ou dedicados a determinada temática, não são muito extensos. É o caso de uma lista de discussão. (MARQUES, 2004, p174).

Ainda assim, apenas uma amostra excepcional dessas listas seria realmente eficaz, pois conforme estudos¹⁷ demonstram, a maioria dos participantes em listas de discussão política e *chats* expressam a própria opinião, buscam e disponibilizam informação, sem que produzam um debate propriamente dito.

Diante então das pesquisas, surge um problema até agora ainda apenas implicitamente tocado, que é a pré-condição dos cidadãos possuírem interesse político constante para que o modelo de esfera pública possa se concretizar (Marques, 2004, p 169).

Isso chega a se constituir num problema porque talvez toda a discussão das potencialidades que a Internet traz para a esfera pública pode se revelar inócua caso não se tenha com precisão o papel que a cultura política desempenha a esse respeito. Ignorar essa função desempenhada e levar em consideração apenas as imanências do instrumento - no caso, a Internet - pode fazer crer que haja uma fina sincronia entre suas potências e o que a cultura é capaz de tornar um hábito a partir de sua utilização. Enfatizando essa questão, alguns pesquisadores apontam a necessidade de se avaliar a qualidade da Internet não apenas por suas características formais, mas também pelo seu uso no contexto cultural de cada sociedade (Marques, 2004, p169)

A idéia de espaço que, por sua vez, remete à questão se a Internet funciona ou não como uma esfera pública é analisada por Marcondes (2006, p116), que considera que ela não pode ser considerada uma esfera pública. Isso porque, a autora condiciona o significado do termo à sua noção normativa e não a uma categoria elementar das sociedades providas de sistema político. Em sentido mais coerente a esta última

¹⁷ Ver as pesquisas citadas por Maia (2002b, p67-68) nesse sentido e o caso da cidade digital de Amsterdã em Castells (2004, p182).

perspectiva, Steffen (2004, p71) categoriza a Internet “como mais um elemento constituinte, integrante e promotor da esfera pública contemporânea”.

5. Conclusão:

Diante das questões colocadas, penso que, no atual contexto da pesquisa da democracia digital, parecem saturados e pouco produtivos os esforços de atestarem se a Internet é ou não uma esfera pública, se nela há ou não uma esfera pública virtual. Isso porque os elementos teóricos acumulados até aqui deixam claro que muito mais oportuno é investigar e esclarecer as condições estruturais que *projetam* um uso da Internet capaz de enfrentar os desafios que a cultura política contemporânea impõe e também de formar uma opinião politicamente relevante.

Diante de todos os problemas verificados em relação ao uso individual da Internet, o que vem, por sua vez, atualizar a análise do *Mudança Estrutural* de que a opinião do povo não-organizado se tornou irrelevante para a produção da vontade política, então se faz oportuno resgatar aquele campo indicado por Habermas onde se poderia encontrar uma opinião com razoável caráter público: o das organizações civis que se relacionam politicamente com o poder público. Isso vem a se somar com a perspectiva analítica de Castells que é no seio da política simbólica (baseada em temas de amplo consenso) operada por organizações não-governamentais e movimentos de caráter cultural que se vem observar um incremento do interesse das questões públicas na vida das pessoas. Nesse sentido, esse campo se torna privilegiado para estudar os prováveis embriões de fortalecimento da esfera pública contemporânea por justamente estar articulado a causas que não se vinculam a um interesse exclusivo de categorias ou classes sociais.

Tudo isso faz com que elas acumulem diversas condições para uma deliberação pública relevante, efetiva e que reverbere por entre uma parcela razoável de cidadãos, tornando-se visível no mundo da vida¹⁸. No entanto, cada caso precisa ser avaliado singularmente (mas não separadamente), tendo em vista a grande diversidade que compõe essa sociedade civil organizada.

Posto isso, propõe-se as seguintes tarefas de investigação de forma a refinar as condições estruturais apontadas para que a partir delas se possa selecionar e avaliar com mais critérios o grau de comunicação pública dessas organizações: (1) procurar

¹⁸ Tal como deixa a entender as colocações de Castells (1999b, p411-412).

identificar se há formação de alianças, capazes de estabelecer e formar consensos que possam ser compartilhados em um conjunto de atores adicionais, levando em conta inclusive a diversidade identitária destes ; (2) se há um discurso de reinvenção da sociedade, que demonstre indícios de uma identidade de projeto¹⁹; (3) levantar os processos de formação das deliberações internas dessas organizações: se elas estimulam e se abrem para o conjunto de seus membros produzindo práticas dialógicas argumentativas e horizontais; (4) se o resultado das deliberações, do discurso emitido para o conjunto da sociedade se relaciona com as instituições formais da esfera política, podendo, dessa forma, gerar efetividade; (5) analisar o grau de comprometimento e subordinação da gramática discursiva dessas organizações em relação às formas operativas de discurso essenciais dos meios de comunicação de massa e (6) verificar se as práticas discursivas dessas organizações ou dessas esferas periféricas são capazes de serem observáveis na esfera de visibilidade pública.

Referências Bibliográficas:

ASSIS, Érico Gonçalves de. *Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação - Unissinos. São Leopoldo, 2006.

AZEVEDO, D. P.. *Retórica e prática da democracia eletrônica: comentários acerca do "gap" entre o discurso e a prática da ciberdemocracia*. In: Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol I. A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999(a).

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol II. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999(b).

_____. *O fim do milênio (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DOWNEY, John; FENTON, Natalie. *New Media, Counter Publicity and the Public Sphere*. *New Media & Society*, 5 (2), p. 185-202, 2003.

GOMES, Wilson . *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

¹⁹ “[...] quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.” (CASTELLS, 1999b, p24).

_____. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VII(3): 214-222, setembro/dezembro 2005 (a).

_____. *Internet e participação política em sociedades democráticas*. Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005 (b).

_____. *Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política*. In: Maia, R.; Castro, M.C.P.. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, v. , p. 49-62.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera publica: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MAIA, R. C. M. *Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições do discurso e da deliberação*. In: MOTTA, L. G.; FRANÇA, V. R. V; WEBER, M. H.; PAIVA, R.. (Org.). *Estratégias e Culturas da Comunicação*. 1 ed. Brasília: Editora UnB, 2002, v. 1, p. 58-71

MARCONDES, Valéria. *Esfera pública virtual: elementos para o estudo teórico sobre comunicação e política no ciberespaço*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Famecos do Rio Grande do Sul, – Porto Alegre, 2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Dimensões da Ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas. Salvador, 2004.

STEFFEN, C A *Política nos Espaços Digitais: a Campanha Presidencial de 2002 na Internet*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Democracia eletrônica e terceiro setor: novos formatos, velhos dilemas da participação popular*. *Integração* - revista do terceiro setor, nº 41-ago-2004. Disponível em <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/08/administrando.htm>>, acesso em 10 de agosto de 2006.